



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

---

## **ÍNDICE**

<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....</b>	<b>2</b>
<b>COMO VOTAR VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>5</b>
<b>ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (Conforme item 10 do formulário de referência – artigo 9º da Instrução CVM nº 481). .....</b>	<b>7</b>
<b>ANEXO II - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....</b>	<b>38</b>



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

---

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2019

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir a proposta da administração (“Proposta”) da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia, a ser realizada no dia **02 de setembro de 2019, às 09:00 hrs**, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, CEP 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

**Proposta da Administração:** A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem e, após atenta consideração, aprovelem as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, dos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, de acordo com o Item 10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente Proposta, conforme exigido pelo Artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009.

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.

**Proposta da Administração:** A administração da Companhia propõe a destinação do prejuízo apurado pela Companhia no exercício social de 2018, evidenciado na Demonstração de Resultado, de R\$ 311.886.188,62 (trezentos e onze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), para a conta de Prejuízos Acumulados, razão pela qual não haverá valores a serem destinados para a conta de Reserva Legal, para distribuição de dividendos e tampouco percentual destinado à conta de Reserva para manutenção de capital de giro.

Uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício de 2018, não está sendo apresentado o Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.

### Instruções Gerais:

A pessoa presente à Assembleia deverá provar a sua qualidade de acionista, mediante a apresentação do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou custódia com até 5 (cinco) dias de antecedência da data da AGO, nos termos do



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

art. 126 da Lei 6.404, de 15.12.1976 e do § 3º do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia. Desejando ser representado, o acionista deverá atender aos preceitos do § 1º do art. 126 da referida Lei, exibindo os seguintes documentos:

- i) Documento de identidade do representante;
- ii) Procuração com poderes especiais do representado com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);
- iii) Cópia do contrato/estatuto social do representado ou do regulamento do fundo, se aplicável;
- iv) Cópia do termo de posse ou de documentos equivalente que comprove os poderes do outorgante da procuração, se aplicável.

Solicita-se que os acionistas representados por procuradores depositem, com antecedência mínima de três dias úteis, os documentos acima elencados na sede social da Companhia (Diretoria de Relações com Investidores). Para aqueles que apresentarão a documentação no dia da Assembleia, a Companhia informa que estará apta a recebê-la desde às 08 horas, no local onde as reuniões serão realizadas.

Os acionistas podem optar por votar as matérias constantes deste Edital mediante a utilização do Boletim de Voto a Distância, conforme Instrução CVM 481, de 17.12.2009, observadas as disposições e procedimentos previstos no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

A Companhia informa que as instruções para o voto a distância constam desta Proposta da Administração.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na Diretoria de Relações com Investidores, localizada na sede social da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.inepar.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nesta Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

Curitiba (Pr), 02 de agosto de 2019.

---

**Atilano de Oms Sobrinho**

Presidente do Conselho de Administração

---

**Di Marco Pozzo**

Membro do Conselho de Administração



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

---

## **COMO VOTAR VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**

### **Orientações para envio do boletim de voto a distância**

O boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/2009 e alterações posteriores. Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o boletim de voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá (ão) assinar o boletim.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, CEP 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores e assegurar que a Companhia receba-os até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral em questão:

- via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido sem rasuras, rubricado e assinado;
- comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de titularidade do acionista ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das S.A., conforme o caso, para comprovar a qualidade de acionista;
- cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista ou do seu representante legal, se for o caso;

(b) para pessoas jurídicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representantes legal e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;

(c) para fundos de investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notariação, consularização e tradução juramentada daqueles assinados fora do país.

Ademais, a Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 (três) dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço. Importante destacar que a Central Depositária da B3 desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação, que tenha sido emitida pelo mesmo número de CPF ou CNPJ.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Bradesco, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador, devendo observar as regras por esse determinado. Inclusive, os boletins de voto a distância deverão ser entregues em horário comercial do Banco Bradesco S.A., em rede nacional, não sendo aceito por meio eletrônico.

O boletim de voto a distância encontra-se disponível no Anexo II à presente proposta.

Curitiba, 02 de agosto de 2019.

---

Atilano de Oms Sobrinho  
Presidente do Conselho de Administração

---

Di Marco Pozzo  
Conselheiro



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

---

## **ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(nos termos o item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480/2009)

### **10.1. Comentários dos Diretores**

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Apesar de toda história vitoriosa da Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Após o pedido de recuperação judicial, a Inepar vem operando em um nível aquém de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e por estar sob o regime de Recuperação Judicial (“RJ”) o que prejudica fortemente a Empresa em fechar novos contratos de vendas.

No momento a Companhia está empenhada em liquidar os passivos ainda pendentes para solicitar a sua saída da Recuperação Judicial.

Os investimentos em infraestrutura recuaram e atingiram em 2018 apenas 1,1% do PIB, patamar muito pequeno diante das carências do país. Fornecedores de bens e serviços, como equipamentos e construção, registram capacidade ociosa relevante.

No início do ano, os analistas esperavam um crescimento do PIB próximo de aproximadamente 3%. No entanto, ao longo de 2018, as expectativas foram sendo gradativamente reduzidas.

As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo.

Para 2019, com a inflação sob controle e a taxa de juros mais baixa, a economia brasileira deverá apresentar uma ligeira recuperação. As estimativas apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer aproximadamente 2,5% em 2019, o que poderá gerar novas oportunidades de negócios.

No curso do processo de recuperação judicial do Grupo Inepar, diversas monetizações foram implementadas, e que foram fundamentais para as Empresas do Grupo emergir da RJ ao (i) regularizar seus passivos trabalhistas (concurtais e extraconcurtais) e (ii) alcançar quase que a totalidade das obrigações do Plano de Recuperação Judicial, firmando, assim,



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

as bases para uma retomada operacional a níveis satisfatórios e sustentáveis.

A Inepar também efetuou ampla reestruturação financeira que possibilitou a quitação de grande parte das suas dívidas.

**Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:**

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe 1.

Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Efetuamos a reclassificação contábil para o patrimônio líquido dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis, e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas, e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 244 milhões.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A Inepar e suas empresas controladas continuam se dedicando à aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

A Companhia está finalizando em 2019 uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na súmula vinculante nº 08 e outras oportunidades em aplicação.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 334 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a. A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

- Assinatura de acordos como por exemplo com a Gerdau S/A, por conta da venda das ações da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, realizada em 2002. Com os recursos obtidos, a Inepar efetuou prioritariamente os pagamentos dos salários dos funcionários ativos, bem como daqueles relacionados no Plano de Recuperação Judicial.

- Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S/A.

- Venda para a Andritz Hydro de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21 de maio de 2018, foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:





**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidrogeração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio industrial.

O preço da venda desta UPI foi de R\$ 115 milhões.

O percentual de 49% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, foram utilizados para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara, foram utilizados para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

A Administração continua engajada e confiante na conclusão do plano de alienação de “ativos non-core” e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

No curto prazo, a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois, neste período de recuperação judicial, efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui “ativos non-core” que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas e do imóvel de Macaé.

Alienação da UPI IPM e UPI IOG, conforme Fatos Relevantes divulgados em 23/07/2018, 22/02/2019 e 25/04/2019 pela Inepar S/A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, em que a Companhia vem mantendo tratativas com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. (“**GEOTERRA**”) que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra das UPIs citadas.

A empresa está finalizando as providências necessárias para a 3º emissão das debentures perpétuas conversíveis em ações ordinárias, visando a liquidação de diversos passivos que já se tornaram incontroversos.

Instauração de arbitragem contra a Petrobrás, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato assinado com a TUPY-BV e PNBV.

Todas as ações acima mencionadas irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa, visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

Apresentamos abaixo uma projeção do Balanço Patrimonial de 31/12/2018 com os valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015, já deduzindo as alienações realizadas e considerando a atual proposta da Geoterra para a compra das UPI-IPM e IOG.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2018	Balanco Projetado 31/12/2018
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.594	2.594
Contas a receber de clientes	152.250	152.250
Títulos e valores mobiliários	32.797	32.797
Estoques	20.040	20.040
Créditos de impostos	14.088	14.088
Dividendos a receber	64	64
Outros créditos	23.339	1.568.680
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>245.172</b>	<b>1.790.513</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Clientes		
Contas a receber de clientes	32.878	32.878
Partes relacionadas	74.793	74.793
Títulos a receber	7.774	7.774
Créditos de impostos	77.117	77.117
Depósitos judiciais	70.061	70.061
Outros créditos	4.630	4.630
<b>Investimentos</b>	268.139	550.739
<b>Imobilizado</b>	283.268	556.768
<b>Intangível</b>	409.197	409.197
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.227.857</b>	<b>1.783.957</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.473.029</b>	<b>3.574.470</b>



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

<b>PASSIVO</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Balanco Projetado</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	101.243	101.243
Financiamentos e empréstimos	196.893	196.893
Debêntures	113.772	113.772
Salários e encargos sociais	365.855	365.855
Impostos e contribuições a recolher	597.823	597.823
Dividendos propostos	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	115.601	115.601
Adiantamentos de clientes	148.754	148.754
Títulos a pagar	49.992	49.992
Outras contas a pagar	141.539	141.539
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.834.813</b>	<b>1.834.813</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Financiamentos e empréstimos	307.444	307.444
Salários e encargos sociais	2.564	2.564
Impostos e contribuições a recolher	355.563	355.563
Partes relacionadas	56.877	56.877
Impostos diferidos	105.563	105.563
Títulos a pagar	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	384.510	384.510
Provisão para passivo a descoberto	1.260	1.260
Outras contas a pagar	9.610	9.610
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.225.694</b>	<b>1.225.694</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Participação dos minoritários</b>	(41.908)	(41.908)
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>		
Capital social	408.311	408.311
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	32.120	588.220
Debêntures perpétuas	246.849	246.849
Créditos quirografários a converter	244.759	244.759
Prejuízos acumulados	(3.417.725)	(1.872.384)
Ajuste de avaliação patrimonial	787.917	787.917
	<b>(1.545.570)</b>	<b>555.871</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.587.478)</b>	<b>513.963</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.473.029</b>	<b>3.574.470</b>

### Notas explicativas

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2018, a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de contas a receber de clientes.

**02-** As linhas de investimentos e imobilizado tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.

**03-** Estão lançados na rubrica de “Reserva de Reavaliação” os valores dos ativos que foram reavaliados quando do lançamento do Plano de Recuperação Judicial. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

**04-** No prejuízo acumulado, foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, acrescido do lucro líquido oriundo dos registros dos pleitos a receber.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

A mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo nas Demonstrações Contábeis da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial: de 2014 para 2018, a INEPAR registrou uma redução contábil de mais de R\$ 1.2 milhões em seu passivo.

Abaixo apresentamos o total da dívida financeira de curto e longo prazo, no período de 2016 a 2018, onde podemos notar que houve uma estabilização no total da dívida.

A variação percentual apresentada deve-se ao fato da redução do valor dos ativos, em função da pequena atividade operacional da empresa.

<b>Endividamento e total de ativos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Em r\$ mil</b>			
Endividamento financeiro de curto prazo	310.615	365.647	308.413
Endividamento financeiro de longo prazo	307.444	284.886	277.175
<b>total</b>	<b>618.059</b>	<b>650.533</b>	<b>585.588</b>
<b>Total dos ativos</b>	1.473.029	1.808.994	1.949.395
<b>Proporção</b>	42%	36%	30%

**i. Hipótese de resgate**

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

**ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observada as disposições legais.



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A empresa ajuizou em 29/08/2014 pedido de recuperação judicial, tendo a aprovação ocorrida em 13 de maio de 2016 e adotou os procedimentos descritos no Plano de Recuperação Judicial para liquidação de seus compromissos.

Conforme já descrito nos itens anteriores a empresa efetuou diversas monetizações com o objetivo de cumprir com os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia está cumprindo o programa de alienações de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial para gerar recursos necessários para cumprir as necessidades de capital de giro.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Conforme já descrito acima a Companhia está utilizando recursos de alienações de ativos para enfrentar possíveis deficiências de liquidez, bem como a monetização de ativos financeiros.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**

<b>Endividamento financeiro de curto prazo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Em r\$ mil</b>			
Empréstimos e financiamentos	196.893	236.021	183.118
Debentures	113.772	129.626	125.295
(-)Caixa e equivalente de caixa	- 2.594	- 3.569	- 1.660
<b>Total de curto prazo</b>	<b>308.071</b>	<b>362.078</b>	<b>306.753</b>

<b>Endividamento financeiro de longo prazo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Em r\$ mil</b>			
Empréstimos e financiamentos	307.444	284.886	277.175
(-)Caixa e equivalente de caixa	-	-	-
<b>Total de longo prazo</b>	<b>307.444</b>	<b>284.886</b>	<b>277.175</b>

Estão incluídos nas dívidas lançadas no curto prazo os valores que estão a vencer nos próximos 12 meses bem como os valores que a Companhia está negociando com os bancos credores. As dívidas correntes foram contraídas para utilização em capital de giro.

**i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes (valores em R\$ mil)**

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

<b>Circulante</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Modalidade</b>				
Adiantamento de Câmbio				
Arrendamentos Financeiros	-	-	27.578	25.914
Ativo Permanente	71.258	57.301	86.223	69.358
Capital de Giro	-	75.130	83.092	140.749
Investimento			-	-
Custos com transf. Financeiras	-	-	-	-
<b>Total Circulante</b>	<b>71.258</b>	<b>132.431</b>	<b>196.893</b>	<b>236.021</b>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Modalidade</b>				
Adiantamento de Câmbio	-	-	-	20.158
Ativo Permanente	287.032	264.728	307.444	264.728
<b>Total Não Circulante</b>	<b>287.032</b>	<b>264.728</b>	<b>307.444</b>	<b>284.886</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>358.290</b>	<b>397.159</b>	<b>504.337</b>	<b>520.907</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>				
Vencidos	65.592	64.754	193.574	155.844
Em até 12 meses	16.398	69.476	18.566	78.008
De 1 a 2 anos	39.895	27.477	42.063	32.301
De 2 a 3 anos	16.398	27.477	18.566	29.330
De 3 a 4 anos	16.398	20.127	18.566	21.980
De 4 a 5 anos	16.398	20.127	18.566	21.980
Acima de 5 anos	187.211	167.721	194.436	181.464
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>358.290</b>	<b>397.159</b>	<b>504.337</b>	<b>520.907</b>
<b>Por Tipo de Moeda</b>				
Reais - R\$	358.290	397.159	463.362	484.765
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	40.975	36.142

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,89 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3,32 em 31 de dezembro 2017).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

A classificação do nível de endividamento da Companhia como sendo de garantias reais, flutuantes e quirografárias, disposto no item 3.8 do formulário de referencia, é de caráter informativo e na hipótese de liquidação, seguirá o destino de acordo com o grau de subordinação e classificação dos credores, conforme previsão legal.

**iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de**



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
 NIRE nº 41 3 0029559 0

**endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte dos acionistas sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos três exercícios.

ANALISE VERTICAL (COMPARATIVA ANO/ANO ANTERIOR) - R\$ MIL	CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA EXERCÍCIO						
	2018	V	H	2017	V	H	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>48.867</b>	<b>100%</b>	<b>22,77%</b>	<b>39.803</b>	<b>100%</b>	<b>-42,19%</b>	<b>68.850</b>
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-20.563	-42,08%	28,12%	-31.757	-79,79%	-34,52%	-48.496
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>28.304</b>	<b>57,92%</b>		<b>8.046</b>	<b>20,21%</b>		<b>20.354</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-350.112</b>	<b>-716,46%</b>	<b>6,02%</b>	<b>-330.218</b>	<b>-829,63%</b>	<b>-48,23%</b>	<b>-637.887</b>
Gerais e Administrativas	-79.020	-161,70%	35,54%	-58.298	-146,47%	-33,26%	-87.350
Despesas com Vendas	-4.051	-8,29%	-12,60%	-4.635	-11,64%	-60,33%	-11.684
Despesas Financeiras Líquidas	-72.852	-149,08%	-57,90%	-173.043	-434,75%	-12,15%	-196.976
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-175.883	-359,92%	98,41%	-88.646	-222,71%	-73,91%	-339.810
Equivalência Patrimonial	-18.306	-37,46%	227,13%	-5.596	-14,06%	170,73%	-2.067
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>-321.808</b>	<b>-658,54%</b>	<b>-0,11%</b>	<b>-322.172</b>	<b>-809,42%</b>	<b>-47,83%</b>	<b>-617.533</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ + CS</b>	<b>-321.808</b>	<b>-658,54%</b>	<b>-0,11%</b>	<b>-322.172</b>	<b>-809,42%</b>	<b>-47,83%</b>	<b>-617.533</b>
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>-311.886</b>	<b>-638,23%</b>	<b>-1,35%</b>	<b>-316.170</b>	<b>-794,34%</b>	<b>-49,25%</b>	<b>-622.963</b>

Apresentamos abaixo as principais variações nas contas patrimoniais:





**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
 CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
 NIRE nº 41 3 0029559 0

Em R\$ mil					
ATIVO	2018		2017		2016
CIRCULANTE	CONSOLIDADO	H	CONSOLIDADO	H	CONSOLIDADO
Caixa e equivalentes de caixa	2.594	-27,32%	3.569	115,00%	1.660
Contas a receber de clientes	152.250	-32,21%	224.604	1,80%	220.628
Títulos a receber	0	-100,00%	4.160	0,00%	4.160
Créditos de impostos	14.088	-26,31%	19.118	-21,80%	24.449
Estoques	20.040	-89,50%	190.928	-13,73%	221.309
Outros Créditos	23.339	-25,69%	31.407	-37,55%	50.295
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	32.878	-9,67%	36.399	0,00%	36.399
Partes relacionadas	74.793	-9,95%	83.060	-12,25%	94.654
Depósitos judiciais	70.061	7,06%	65.440	-0,14%	65.529
Outros Créditos	4.630	-71,45%	16.220	-55,39%	36.360
<b>PERMANENTE</b>					
Investimento	258.748	0,00%	258.748	-0,40%	259.786
Imobilizado	345.995	0,00%	345.995	-4,38%	361.832
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	101.243	-10,84%	113.547	12,73%	100.725
Financiamentos e empréstimos	196.893	-16,58%	236.021	28,89%	183.118
Salários e encargos sociais	365.855	1,62%	360.008	15,97%	310.445
Impostos e contribuições a recolher	597.823	10,34%	541.795	15,49%	469.114
Provisão de custos e encargos	115.601	-63,39%	315.726	-6,67%	338.300
Adiantamentos de clientes	148.754	-3,67%	154.425	-5,45%	163.332
Debêntures	113.772	-12,23%	129.626	3,46%	125.295
Outras contas a pagar	141.539	-23,50%	185.014	-15,91%	220.029
<b>PASSIVO</b>					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	307.444	7,92%	284.886	2,78%	277.175
Impostos e contribuições a recolher	355.563	-4,64%	372.853	-1,86%	379.926
Provisão para contingências	212.010	13,64%	186.568	31,73%	141.632
Outras contas a pagar	9.610	-39,61%	15.912	18,69%	13.406

**10.2. Comentários sobre os resultados das operações da Companhia, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**

**a. Resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia nos exercícios de 2016 a 2018 foi gerada pelos segmentos abaixo descritos, e apresentaram os seguintes valores:

Consolidado Em 31 Dezembro de 2016	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Iesa- Oleo&Gás	Total
<b>Receita bruta total</b>	<b>59.241</b>	<b>74</b>	<b>18.369</b>	<b>77.684</b>
Impostos/Deduções	(6.651)	(59)	(2.024)	(8.734)
Custos dos Produtos e Serviços	(36.837)	(208)	(11.451)	(48.496)
<b>Margem Bruta</b>	<b>15.753</b>	<b>(193)</b>	<b>4.894</b>	<b>20.454</b>



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

<b>Consolidado Em 31 dezembro de 2017</b>	<b>Geração &amp; Eqtos</b>	<b>Constr.&amp; Montagens</b>	<b>Iesa- Óleo&amp;Gás</b>	<b>Total</b>
<b>Receita bruta total</b>	<b>36.148</b>	<b>6.901</b>	<b>582</b>	<b>43.631</b>
Impostos/Deduções	(3.117)	(535)	(176)	(3.828)
Custos dos Produtos e Serviços	(26.170)	(2.889)	(2.698)	(31.757)
<b>Margem Bruta</b>	<b>6.861</b>	<b>3.477</b>	<b>(2.292)</b>	<b>8.046</b>

<b>Consolidado Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Geração &amp; Equiptos</b>	<b>Iesa Óleo&amp;Gas</b>	<b>Total</b>
<b>Receita bruta total</b>	<b>56.557</b>	<b>3</b>	<b>56.560</b>
Impostos/deduções	(7.691)	(2)	(7.693)
Custos dos produtos e serviços	(18.779)	(1.784)	(20.563)
<b>Margem Bruta</b>	<b>30.087</b>	<b>(1.783)</b>	<b>28.304</b>

- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m<sup>2</sup> de terreno e área coberta superior a 150.000 m<sup>2</sup>, são as seguintes:

❖ **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** Pontes rolantes e inúmeros equipamentos para movimentação de minério.

❖ **Divisão de Equipamentos de Processo:** Fabricação e montagem de unidades de processo para refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia. Uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.

❖ **Divisão de Geração de Energia:** Refere-se à fabricação de geradores e turbinas para usinas hidrelétricas.

❖ **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Produz todos os equipamentos necessários à montagem de uma usina hidroelétrica como comportas, condutos forçados, grades, barramentos blindados.

❖ **Divisão de Compensação Reativa:** Atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos.

❖ **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento

❖ **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e modernização de trens de passageiros.

❖ **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

**ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante de R\$ 56,5 milhões contra R\$ 43,6 milhões no exercício de 2017, representando um acréscimo de aproximadamente 30%. Apesar deste acréscimo as receitas da empresa estão muito aquém da sua capacidade produtiva. Em 2018 não houve a contratação de novos contratos para os setores em atuamos.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto que participa. Ressaltamos que o nosso negocio de produção de bens de capital, segue uma lógica de apuração da receita diferente das de produtos de consumo que trabalha com linha de produção. No nosso caso atentamos primeiro na longevidade do ciclo produtivo e segundo, na clientela específica que requer produto com especificações únicas para o seu projeto.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro**

O nível de inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço de efeitos inflacionários através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que temos em carteira. Não podemos quantificar neste momento o impacto desse custo já que buscamos equilíbrio contratual junto aos clientes corrigindo sempre que possível às devidas altas inflacionária.

A variação cambial sobre insumos causa pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado.

**10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

**10.4. Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis:**

**a. Mudanças significativas nas praticas Contábeis**

**CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros**

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia realizou avaliações por meio de verificação do modelo de negócios adotado para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

### **CPC 47/IFRS 15 — Receita de contratos com cliente**

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

**Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

**Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Foi aprovado e emitida a nova normas pelo IASB e CPC, a qual ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia.

**(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos contábeis por ocasião da implantação do IFRS já foram apurados e demonstrados em 2009 e 2010.

**i. Custo atribuído ao imobilizado**

A Companhia apurou o valor justo de máquinas e equipamentos e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos na data de transição de implantação do IFRS, com revisão com laudo pericial foi efetuada para o balanço de 2011 nas Companhias controladas.

O efeito do custo atribuído foi refletido na conta do patrimônio líquido da Companhia com um aumento de R\$ 94,5 milhões no balanço de 2009.

**ii. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível**

A partir da data de transição a Companhia revisou as estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível de suas controladas, e conseqüentemente, alterou suas taxas anuais de depreciação e amortização.

**ii. Baixa de acervo técnico**

iii. Não se aplica

**a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**(i) Ausência de auditoria no investimento mantido na companhia Penta Participações e Investimento Ltda. e Innovida Participações S.A-** As demonstrações financeiras do investimento mantido nessas companhias correspondentes ao exercício findo em 31/12/2018 não foram

---

examinadas por nós ou por outros auditores. Diante do exposto ficamos impossibilitados de opinar sobre os saldos de investimentos e de equivalência patrimonial positiva totalizando as cifras de R\$171.023 e de R\$359, respectivamente.

**(ii) Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A.**

**Em Recuperação Judicial-** Em 31/12/2018, essa controlada indireta possui registrado nas rubricas do Imobilizado e do Intangível os valores de R\$164.729 e R\$17.684, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados por esta controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto à necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 31/12/ 2018 nas rubricas de investimento e do imobilizado e do intangível, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

**(iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A-**

Não acompanhamos o inventário físico dos estoques dessa controlada indireta, existentes na unidade localizada no município de Macaé/RJ, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$10.945. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade deste valor registrado na rubrica de Estoque das demonstrações financeiras consolidadas, bem como mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2018.

**(iv) Limitação sobre confirmações externas da controlada direta lesa Óleo e Gás S.A-**

Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às instituições financeiras e partes relacionadas que possuem operações com a Companhia e com a sua controlada direta lesa Óleo e Gás S.A, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Conseqüentemente, através dos testes alternativos de auditoria não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e seus possíveis efeitos e/ou divulgações em tais demonstrações financeiras de 31/12/2018.

**(v) Limitação sobre investimento em coligadas da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A-**

Embora, tenha sido solicitado por outros auditores. Não foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A., RIG Oil & Gas Contractors Inc., QGI Brasil S.A. e QGI Oil & Gas Inc, cujos percentuais de participação indireta são 11,66%, 14,66%, 17,19% e 17,60%, respectivamente. Ainda, como consequência das limitações descritas linhas atrás e logo abaixo mencionadas, tais auditores ficaram impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de investimentos, provisão para passivo a descoberto e resultado de equivalência patrimonial e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

Àqueles relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas apresentaram as seguintes modificações em 31/12/2018: **(a)** A coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. não recebeu as confirmações externas solicitadas às suas partes relacionadas CQG Oil & Gas Inc., CCI Oil & Gas Inc., Sonoma Global Inc. e QGI Oil & Gas Inc. Adicionalmente, as respostas de circularizações de



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

saldos com partes relacionadas da coligada indireta Quip S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade da coligada indireta pelas cifras de R\$3.495, R\$2.905, R\$1.501, referentes as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc., CCI Construções Offshore S.A. e QGI Brasil S.A., respectivamente, e R\$1.065 referente a RIG Oil e Gas Contractors Inc; **(b)** A coligada indireta Quip S.A. não vem reconhecendo por competência os valores referentes a receita de exportação do contrato mantido com a RIG Oil & Gas Contractors Inc., não sendo possível determinar os valores contas a receber da respectiva no exercício corrente **(c)** A coligada Quip S.A. mantém registrado em suas demonstrações financeiras adiantamentos ou contas a receber sem expectativa de devolução ou recebimento no montante de R\$6.291 e R\$595, respectivamente; **(d)** A coligada Quip S.A. mantém registrado em suas demonstrações financeiras saldo junto a fornecedores e prestadores de serviços nos montantes de R\$2.014 e R\$5.977, respectivamente, sem expectativa de regularização; **(e)** A coligada Quip S.A. mantém valores a pagar referentes a dividendos no montante de R\$82.318 registrados desde o exercício de 2012 sem expectativa de pagamentos; **(f)** A Coligada Rig Oil & Gas Contractors Inc. mantém registrado em suas demonstrações financeiras findas em 31/12/2018 créditos a receber de suas partes relacionadas CCI Oil & Gas Inc e Sonoma Global Inc., nos montantes de R\$6.535 e R\$19.676 respectivamente, que não foram atualizados. O recebimento de tais créditos depende de transações que ainda estão sendo discutidas entre as partes relacionadas e/ou da capacidade financeira dessas empresas em honrar seus compromissos com relação à coligada.

### 3. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional da Companhia

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, a Inepar S.A. Indústria e Construções e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia apresentou, em 31/12/2018, prejuízo no exercício de R\$311.886, passivo a descoberto de R\$1.545.570 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$689.786 (R\$1.589.641 consolidado). Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram completamente até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

### 4. Ênfases (valores em milhares de Reais-R\$)

Apresentamos a seguir, as ênfases para o exercício findo em 31/12/2018, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de auditoria:

(i) **Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada direta IESA Óleo e Gás S.A. para o seu cliente Tupi BV/Petrobras** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo por essa controlada direta para o citado cliente, foi rescindido unilateralmente pelo mesmo. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado

---

processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas: contas a receber de R\$117.545, provisão para custos a incorrer de R\$112.415 e de adiantamentos sobre encomendas de R\$83.340.

**(ii) incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas** - Consoante descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e que no entendimento dos seus advogados externos estão prescritos, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN.

#### **5. Principais assuntos de auditoria (PAA-valores expressos em milhares de Reais-R\$)**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**(i) Eventual provisão para impairment para os bens e direitos componentes dos ativos imobilizados e intangíveis** - A Companhia possui registrados nessas rubricas contábeis, respectivamente as cifras de R\$102.063 e R\$391.513. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia e o andamento do programa de recuperação judicial são fatores que podem, eventualmente, indicar a necessidade de contabilização de provisão para impairment sobre esses ativos.

**Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto** - Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens componentes dos ativos imobilizados e intangíveis com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao exercício precedente.

**(ii) Contingências passivas** - A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e compreendem principalmente demandas de natureza trabalhista, tributária e civil. Tomando-se em conta ao grau significativo de imprecisão inerente às avaliações de mérito das causas judiciais pelos assessores jurídicos e valoração das estimativas, torna-se um assunto altamente relevante de auditoria.

**Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto** - Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia, por nós circularizados para 31 de



---

dezembro de 2018 e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias, requeridas nos termos do pronunciamento técnico-contábil CPC-25. A Companhia, para cumprimento do citado CPC-25, apoiou-se, ainda na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977.

## **6. Outros assuntos**

**(i) Demonstração do Valor Adicionado** - Examinamos também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com modificações”, e está apresentada adequadamente, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**(ii) Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2017 (Relatório de auditoria por nós emitido em 21/06/2018)** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria contém as modificações semelhante as evidenciadas no item 2 acima, especificamente os subitens (ii) a (vi) acima e ênfases equivalentes ao item e subitem 2(i) acima, bem como o item e subitens 4 (i) e (ii) retro mencionados.

## **7. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **8. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **9. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**(i) Auditoria do exercício precedente findo em 31 de dezembro de 2017 (emitido em 23/06/2018)**

**(i) Ausência de auditoria no investimento mantido nas companhias- Companhia Brasileira de Diques S.A., Penta Participações e Investimento Ltda. e Innovida Participações S.A.**

As demonstrações financeiras do investimento mantido nessas companhias correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 não foram examinadas por nós ou por outros auditores. Diante do exposto ficamos impossibilitados de opinar sobre os saldos de investimentos e de equivalência patrimonial negativa totalizando as cifras de R\$ 337.830 e de R\$ 4.273, respectivamente.

**(ii) Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial**

Em 31 de dezembro de 2017, essa controlada indireta possui registrado nas rubricas do Imobilizado e do Intangível os valores de R\$139.740 e R\$20.369, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados por esta controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de investimento e do imobilizado e do intangível, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

**(iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial**

Não acompanhamos o inventário físico dos estoques dessa controlada indireta, existentes na unidade localizada no município de Macaé/RJ, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$7.740. Ainda, não nos foram apresentadas evidências para validação da cifra de R\$11.712 registrados nas rubricas de Adiantamentos a fornecedores e de Importação em andamento, respectivamente, ambas pertencentes ao grupo de Estoques, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade destes valores registrados na rubrica Estoques das demonstrações financeiras consolidadas, bem como mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**(iv) Limitação sobre confirmações externas da controlada direta lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial**

Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às instituições financeiras e partes relacionadas que possuem operações com a Companhia e com sua controlada direta lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial recebidas do Banco BMG S.A. e do Basdesul Desenvolvimento S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade dessa controlada nos montantes de R\$19.201 e R\$13.240, respectivamente, estando os registros contábeis apresentados a menor. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2017 decorrentes da não aplicação deste procedimento.

**(v) Limitação sobre investimento em coligadas da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial**

Embora, tenha sido solicitado por outros auditores. Não foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A., RIG Oil & Gas Contractors Inc., QGI Brasil S.A. e QGI Oil & Gas Inc, cujos percentuais de participação indireta são 11,66%, 14,66%, 17,19% e 17,60%, respectivamente. Ainda, como consequência das limitações descritas linhas atrás e logo abaixo mencionadas, tais auditores ficaram impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de investimentos, provisão para passivo a descoberto e resultado de equivalência patrimonial e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Àqueles relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas apresentaram as seguintes modificações em 31 de dezembro de 2017: (a) A coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. não recebeu as confirmações externas solicitadas às suas partes relacionadas CQG Oil & Gas Inc., CCI Oil & Gas Inc., Sonoma Global Inc. e QGI Oil & Gas Inc. Adicionalmente, as respostas de circularizações de saldos com partes relacionadas da coligada indireta Quip S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade da coligada indireta pelas cifras de R\$3.495, R\$1.339, R\$ 1.566 e R\$406, referentes as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc., CCI Construções Offshore S.A. e QGI



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

Brasil S.A., respectivamente, e R\$ 1.065 mil referente a RIG Oil e Gas Contractors Inc; (b) A coligada indireta Quip S.A. não vem reconhecendo por competência os valores referentes a receita de exportação do contrato mantido com a RIG Oil & Gas Contractors Inc., não sendo possível determinar os valores contas a receber da respectiva no exercício corrente (c) A coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. mantém registrado em suas demonstrações financeiras créditos a receber de suas partes relacionadas CCI Oil & Gas Inc. e Sonoma Global Inc., pelas cifras de R\$5.551 e R\$16.712, respectivamente, que não foram atualizados. O recebimento de tais créditos depende de transações que ainda estão sendo discutidas entre as partes relacionadas e/ou da capacidade financeira dessas empresas em honrar seus compromissos com relação à coligada indireta.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Principais assuntos de auditoria (valores em R\$ mil)**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**(i) Eventual provisão para impairment para os bens e direitos componentes dos ativos imobilizados e intangíveis** - A Companhia possui registrados nessas rubricas contábeis, respectivamente as cifras de R\$129.247 e R\$391.513. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia e o andamento do programa de recuperação judicial são fatores que podem, eventualmente, indicar a necessidade de contabilização de provisão para impairment sobre esses ativos.

**Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto** - Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens componentes dos ativos imobilizados e intangíveis com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao exercício precedente.

**(ii) Contingências passivas** - A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e compreendem principalmente demandas de natureza trabalhista, tributária e civil. Tomando-se em conta ao grau significativo de imprecisão inerente às avaliações de mérito das causas judiciais pelos assessores jurídicos e valoração das estimativas, torna-se um assunto altamente relevante de auditoria.

**Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto** - Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia, por nós circularizados para 31 de



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

dezembro de 2017 e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias, requeridas nos termos do pronunciamento técnico-contábil CPC-25.

A Companhia, para cumprimento do citado CPC-25, apoiou-se, ainda na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977. Esse assunto foi também colocado no parágrafo de ênfase (item 4 (iii)).

**Ênfases (valores em R\$ mil)**

Apresentamos logo abaixo, as ênfases, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de auditoria:

**(i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2017, prejuízo no exercício de R\$316.170, passivo a descoberto de R\$1.248.582 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$760.773 (R\$ 1.567.449 consolidado). Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram completamente até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

**(ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada direta IESA Óleo e Gás S.A.- Em recuperação judicial para o seu cliente Tupi BV/Petrobras**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo por essa controlada direta para o citado cliente, foi rescindido unilateralmente pelo mesmo. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas: contas a receber de R\$117.545, estoques de R\$199.841, provisão para custos a incorrer de R\$306.709 e de adiantamentos sobre encomendas de R\$83.340.

**(iii) incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas** - Consoante descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e que no entendimento dos seus advogados externos estão prescritos, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que

declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN.

## **Outros assuntos**

### **(ii) Demonstrações do Valor Adicionado**

Examinamos também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, e está apresentada adequadamente, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:**

#### **Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

##### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

##### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas.**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

### **Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **Conversões em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

### **Classificação e mensuração de ativos financeiros**





## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

### **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

### **Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **Imobilizado**

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### **Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### **Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

### **Arrendamentos**

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto. Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

### **Participações nos Lucros e Resultados**

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.



## INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

### **Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

### **Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando ou a medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a Companhia efetuou os estudos sobre a aplicação desta norma e constatou que não houve impactos em lucros acumulados.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

### **Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;

e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## **10.2. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna atuante na revisão dos controles internos de acordo com calendário ou cronograma de trabalho para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2016, que com base nesta avaliação a Administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

### **b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório sobre os procedimentos contábeis e de controles internos referentes ao exercício de 2017 foi elaborado pelos nossos auditores e não foram identificadas deficiências relevantes nos controles da Companhia.

As recomendações dos auditores são analisadas e são implementadas quando devidas.

## **10.3. Comentários referentes a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

### **a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável.

### **b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição,**

Não aplicável.

### **c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não Aplicável.

## **10.8 Itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras:**

### **a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

**10.10. Principais elementos do plano de nossos negócios:**

**a. investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e de desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):**

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva**

**c. novos produtos e serviços**

Não se aplica

**10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados anteriormente**

**Comentamos abaixo os setores que influenciaram positivamente para o desempenho operacional da Companhia.**

Não se aplica

**DESTINAÇÃO DO RESULTADO DE 2017**

(nos termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009)

**Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 002/2015, item 2.4.2, conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ/2010-14687), as Companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.**



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

---

## **ANEXO II – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA AGO - INEPAR**

<b>Nome:</b>
<b>CNPJ ou CPF do acionista:</b>
<b>E-mail</b>
<b>Orientações de preenchimento:</b>  <p>O presente Boletim deverá ser preenchido pelo acionista da Companhia que optar por exercer seu voto a distância na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, a ser realizada, em primeira convocação, em 02 de setembro de 2019, às 09:00 horas, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e alterações posteriores.</p> <p>Para que este Boletim de Voto a Distância seja considerado válido e seus votos sejam contabilizados no quórum da AGO, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos manualmente e com letra de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a rubrica de todas as páginas do Boletim de Voto a Distância; e (iii) a assinatura ao final do Boletim de Voto a Distância do acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente.</p> <p>A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notariação, consularização e tradução juramentada daqueles assinados fora do país.</p>



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

**Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante**

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância deverá, preferencialmente, transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes ou ao escriturador, conforme o caso, sendo facultada a entrega do documento diretamente à Companhia.

**Exercício de voto por meio dos agentes de custódia:**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu respectivo agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas pelo custodiante, o qual encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Os acionistas deverão entrar em contato com seus respectivos agentes de custódia para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

A Central Depositária da B3 desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação, que tenha sido emitida pelo mesmo número de CPF ou CNPJ.

**Exercício de voto por meio do banco escriturador (Banco Bradesco S.A.):**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do escriturador, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador, deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras por esse determinado.

Os boletins de voto a distância deverão ser entregues em horário comercial nas agências do Banco Bradesco S.A. em rede nacional, não sendo aceito entrega por meio eletrônico.

**Envio do Boletim diretamente à Companhia:**

O acionista, se assim desejar, poderá entregar o Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, no endereço indicado abaixo, desde que reconhecido firma no território brasileiro e a notariação, consularização e tradução juramentada daqueles assinados fora do país, e devidamente acompanhado dos seguintes documentos:

- Via física do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido e sem rasuras, rubricado, assinado e com firma reconhecida.
- Comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de titularidade do acionista ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das S.A., conforme o caso, para comprovar a qualidade de acionista.





**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

- cópia autenticada de:

(a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista ou do seu representante legal, se for o caso;

(b) para pessoas jurídicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representantes legal e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;

(c) para fundos de investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Uma vez recebido o boletim de voto e os documentos que o acompanham, a Companhia avisará ao acionista, por e-mail, em até 3 (três) dias, acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, bem como da necessidade de sua retificação ou reenvio, observado o prazo acima indicado.

**Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à Companhia**

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

At. Irajá Galliano Andrade  
Diretoria de Relações com Investidores  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, 11º andar, Conjunto  
1101, Bairro Centro, Cep 80410-180  
Curitiba – Paraná  
Fone: (041) 3025-  
1316  
E-mail: [ri@inepar.com.br](mailto:ri@inepar.com.br)



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06  
NIRE nº 41 3 0029559 0

**Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato**

Banco Bradesco S.A.

Endereço físico: todas as agências bancárias no Brasil em horário comercial

Endereço eletrônico para esclarecimento de dúvidas:

[dac.escrituracao@bradesco.com.br](mailto:dac.escrituracao@bradesco.com.br) Tel. 0800-7011616

Nome de contato: todos os gerentes das agências

bradesco O horário de atendimento é em dias úteis das

10h às 16hrs.

**Deliberações / Questões relacionadas à AGO**

**Deliberações Simples**

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

Aprovar     Rejeitar     Abster-se

**Deliberações Simples**

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.

Aprovar     Rejeitar     Abster-se



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE nº 41 3 0029559 0

---

Cidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Nome do Acionista: \_\_\_\_\_

E-mail para contato: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_